

**Criminalização do aborto,
desigualdade de gênero, democracia:
longo percurso e trajetos recentes**

◆◆◆◆◆
Sonia Corrêa,
Academia Nacional de Medicina,
7 de abril de 2016

Estrutura da apresentação



- ✦ Considerações preliminares (e parciais) sobre a criminalização do aborto na modernidade
- ✦ Uma cartografia das reformas que descriminalizaram o aborto nos últimos 94 anos; com foco mais detalhado nas transformações legais (e também retrocessos) contemporâneos
- ✦ Breve reflexão acerca do aborto como tema da democracia



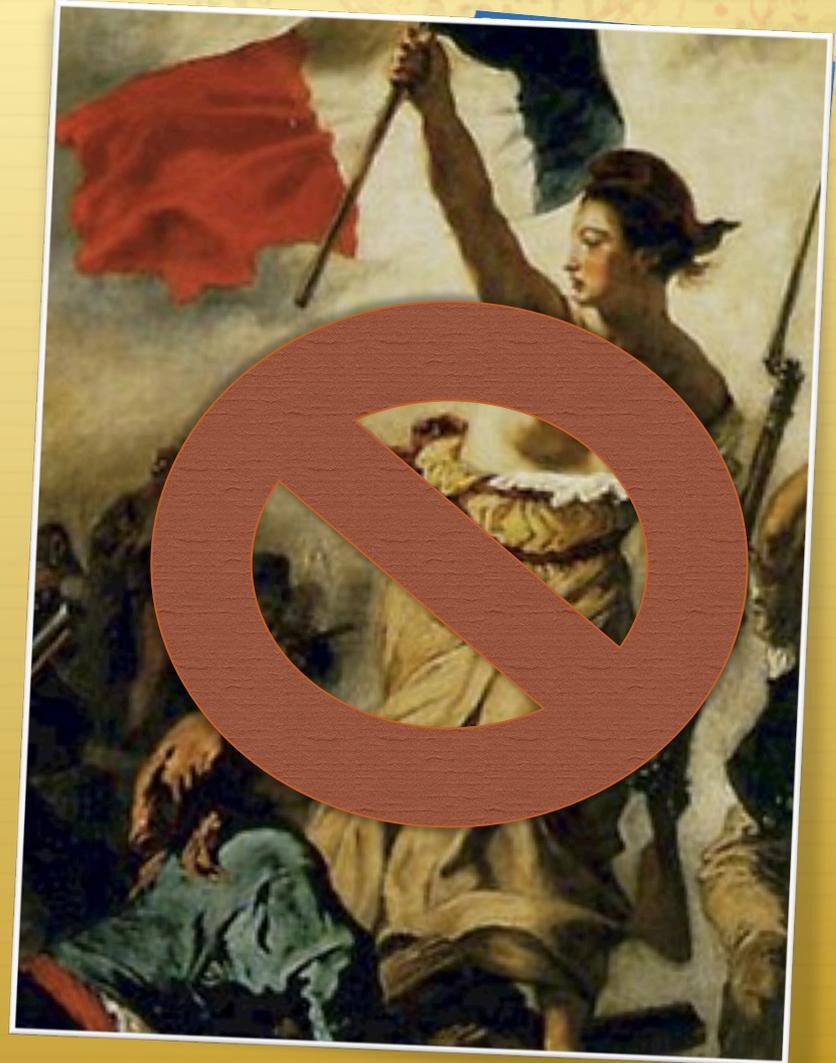
Crime de aborto: um paradoxo moderno

- Peso da visão religiosa obscurece a origem moderna e secular das leis vigentes
- Código Napoleônico (1810), Código Britânico (1862)
- No Brasil, Código de 1830 criminaliza quem faz o aborto em outrém, mas não a mulher que aborta. Código de 1870, criminaliza a mulher que aborta (lógica reafirmada em 1940)

modelo dos “dois sexos” dribla o princípio da igualdade

mulheres excluídas da
esfera pública gestoras da
vida privada e da
reprodução.

Nessa fórmula não cabem
decisões razoáveis e
autônomas sobre a vida
sexual e reprodutiva



Breve cartografia das reformas legais: 1920 -2016



direitos das mulheres



direitos das mulheres, saúde, privacidade



controle demográfico



regressões legais recentes

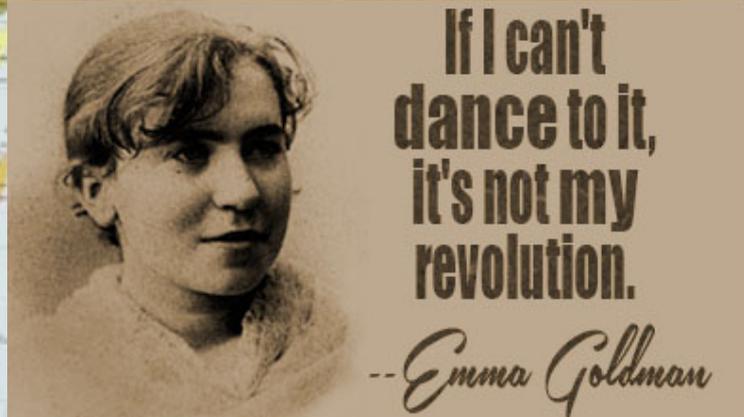


ameaças



URSS 1920

Yucatán 1926



1950: URSS, Europa do Leste (- Romênia) e Japão



1960-1970

Austrália, Canada, China, Cuba, Europa Ocidental (menos Portugal, Espanha, Irlanda e Malta),

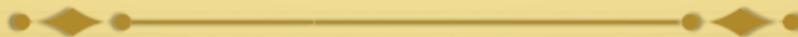


EUA, India , Israel, N. Zelândia, Tunisia, Vietnam

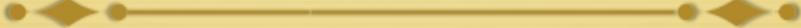
1980: Barbados, Gana, Espanha (parcial), Turquia



1990: Albania, Africa do Sul, Camboja e Guiana

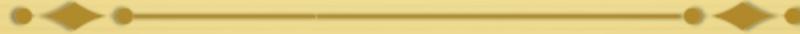


2000-2015



- ✦ **Reformas plenas:** Cidade do Mexico, Etiopia, Espanha, Nepal, Portugal, Suíça, Uruguai e Moçambique.
- ✦ **Reformas parciais:** Benin, Butão, BurkinaFaso Chade, Colombia, Guiné, Mali, Santa Lucia, Swazilandia , Togo

2000-2015 reformas plenas



2000-2015 reformas parciais



novidades de 2016

Political Map of the World, September 2008



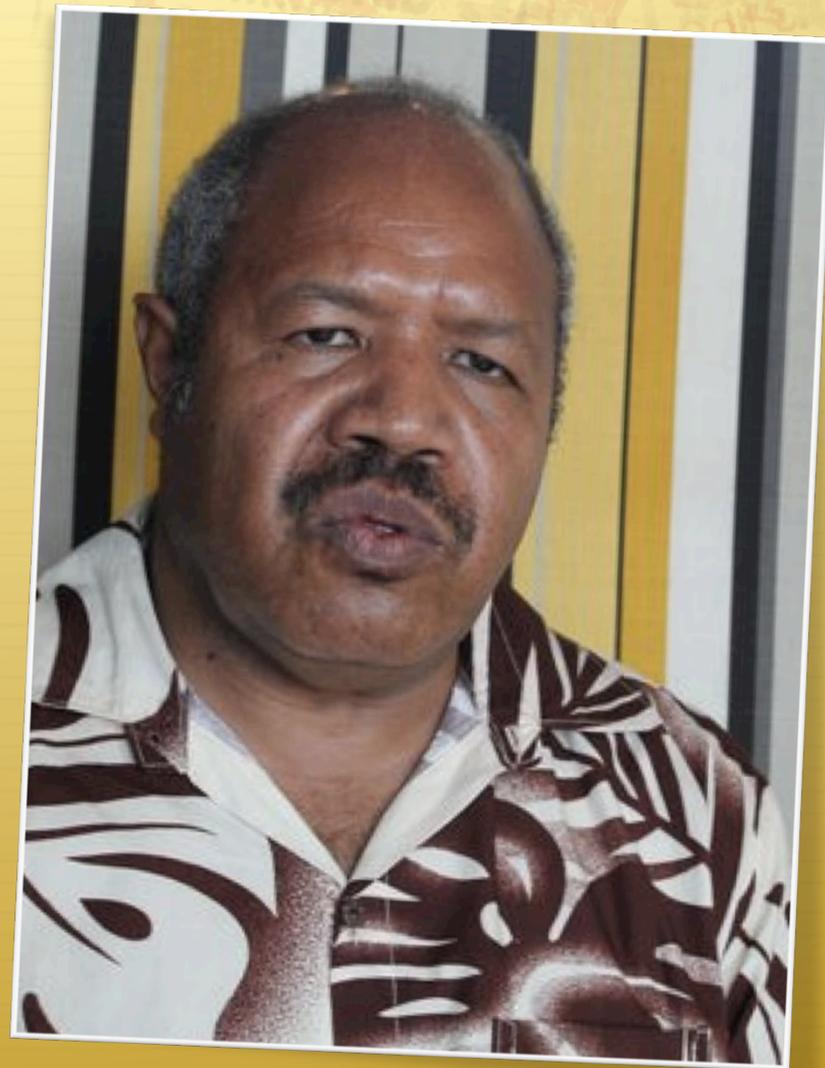
Novidades de 2016

- **Chile:** onde o aborto terapêuticos foi revogado pela ditadura Pinochet, reforma aprovada na Câmara permite 3 casos: risco de vida, estupro e anomalia fetal grave IV
- **Haiti:** reforma do CP inclui legalização do aborto
- **África:** com base no Protocolo de Maputo A Comissão Africana de DH e relatora dos direitos das mulheres lançaram campanha pela descriminalização do aborto no continente.

Papua Nova Guiné

Governador de Port Moresby Powes
Parkop:

"Minha preferência é que a elas sejam dadas escolhas, que elas sejam aconselhadas quanto às questões médicas e éticas. **Mas ao fim e ao cabo quem deve decidir são elas porque é o seu corpo.**"



O não dizem os mapas

Problemas de acesso e qualidade: Índia: graves problemas de qualidade nos serviços de aborto. África do Sul: objeção de consciência e limites dos serviços público de saúde..

Limitações das leis: Uruguai limites impertantes. Em 2015 e agora em em março 2 mulheres morreram ao recorrer ao aborto. Já há uma proposta para corrigir essas distorções.

Os embates que continuam depois das leis aprovadas: Estados Unidos é o melhor exemplo (43 anos de batalhas). Espanha e Portugal são os exemplos mais recentes (aprovou-se, desaprovou-se, aprovou-se de novo num período muito curto de tempo).

O que dizem...

Na segunda década do século 21 ao debater a legalização do aborto e buscar inspiração na experiência de outros países devemos olhar, sobretudo, para o mundo ao Sul do Equador

Retrocessos

Filipinas (1980), Polonia, Hungria (2000), Honduras (1997)
El Salvador (1998), Nicaragua (2007)

Political Map of the World, September 2008



Fortes ameaças de retrocesso



Aborto legal e seguro como questão da democracia

O direito pleno de decidir sobre a vida sexual e reprodutiva favorece a igualdade entre os gêneros e a participação pública das mulheres (50 % da população)

Aborto e democracia

A criminalização do aborto afeta desproporcionalmente as mulheres pobres, negras ou de étnias marginalizadas. O aborto legal, portanto, contribui para reduzir desigualdes raciais e de classe.

Aborto e Democracia

A descriminalização do aborto é consistente com as premissas constitucionais de liberdade e direito a privacidade.

Aborto e Democracia

As leis que legalizam o aborto são democráticas. Não obrigam ninguém a abortar, apenas possibilitam essa alternativa. Já as leis que o criminalizam são autoritárias. Coagem mulheres em situação de gravidez indesejada, cujos valores éticos não condenam o aborto de forma absoluta seja a levar essas gestações a termo, seja a colocar em risco sua liberdade, sua saúde ou mesmo sua vida.



2015, Rio: Protesto contra o
PL5069

The background is a light yellow color with faint, overlapping postmarks and stamps. On the left, there are red and black markings, including the word 'PARAVION' and Chinese characters '航空郵政'. In the center, there is a circular stamp with a globe and the word 'POSTAGE'. On the right, there are several circular stamps, one of which clearly shows 'ROMANIA' and '25 YA'.